

DESENVOLVIMENTO REGIONAL — PROBLEMAS E PERSPECTIVAS**LUIZ CARLOS DE ANDRADE****Chefe da Divisão de Estudos Regionais do
Departamento Econômico do BNDE**

Na problemática do desenvolvimento do País atribui-se especial significado aos problemas regionais, situando-se em dois planos distintos. O primeiro diz respeito ao desnível de renda e de ocupação, referindo-se o segundo ao ritmo descompassado de desenvolvimento.

Um terceiro aspecto que se presta a confundir a interpretação correta do desenvolvimento regional, seria o do deslocamento de fronteira, destinado a atender áreas de nulo ou reduzidíssimo nível de atividade. Neste último exemplo tem-se a experiência dos programas de valorização e colonização pioneira.

Os temas que envolvem o desenvolvimento regional mesclam-se com os problemas tradicionais do desenvolvimento nacional. Assim, a captação de recursos para investimentos, a orientação da atividade econômica privada e do setor público, as dificuldades de programação e de disciplina da ação governamental encontram as mesmas medidas e parâmetros. Contudo, pode-se conceber o problema dentro de ótica ampla, compreendendo-o em termos de integração, para consolidar o intercâmbio de economias regionais.

Colocam-se, portanto, os problemas das economias regionais em variados ângulos. Resta discutir ponto por ponto, para conceituar, na atual etapa do desenvolvimento, qual a natureza dos referidos problemas.

Para solucioná-los, diversos instrumentos vêm sendo aventados, em particular na esfera do poder estadual. Sua discutida e restrita eficácia contrapõe-se aos esquemas da política federal, adotada para grandes áreas-problema.

Todavia, é indiscutível que os instrumentos de política econômica podem servir de elemento de extraordinária importância na correção dos desequilíbrios, compensando ou eliminando seus efeitos prejudiciais. Política fiscal discriminatória, fixação de poupanças nas áreas de origem, correção dos desajustes dos índices de preços de intercâmbio, de outros mecanismos de descapitalização e de transferência de renda, podem ser equacionados na política nacional, desde que se tenha em conta, no plano geográfico, os efeitos das decisões globais e setoriais.

Discute-se, no presente artigo, os temas anteriormente enumerados, como ponto de partida para posterior especulação dos elementos de diagnóstico, suficientemente hábeis para discernir sobre o mecanismo do desenvolvimento regional. O significado de tais perquirições transcende a simples constatação dos desníveis e do descompasso de expansão da atividade econômica no plano; sua grandeza projeta-se na necessidade de encontrar soluções para a política de desenvolvimento, valendo-se das vantagens de integrar e alargar as perspectivas do mercado interno.

Desníveis regionais do desenvolvimento

Os dados tradicionais de renda interna **per capita** são os índices gerais disponíveis para mensurar o grau de atividade das diferentes regiões do País. Os indicadores merecem, no entanto, ressalvas para evitar julgamento definitivo. Inicialmente, a estatística traduz a renda gerada em cada área, divergindo da renda efetivamente disponível, porquanto não tem sido possível determinar os resultados de transferências de e para outras áreas.

Por outro lado, a estrutura de preços relativos distorce as informações originais, subestimando não raro as áreas subdesenvolvidas. Finalmente, erros dos primeiros dados, em particular quanto aos critérios de avaliação do setor terciário, prejudicam a fidedignidade dos resultados cotejados. Recomenda-se, assim, bastante reserva quanto ao significado das grandezas da renda regional e estadual.

O nível de agregação regional também merece referência. A estatística por Unidade Federada ou seu agrupamento em grandes áreas geo-econômicas mostra-se insuficiente para apreciar o real desnível de atividade. Os contrastes acentuam-se no confronto entre as áreas urbanas e as zonas rurais ou as de baixa urbanização. Ter-se-ia de imaginar os reais desníveis, partindo de uma riqueza de informação dificilmente encontrada.

Na apreciação dos quadros seguintes deve-se ter presentes as restrições mencionadas. O agrupamento de regiões obedece ao critério geral de fixar apenas as unidades NORTE, compreendendo a Amazônia e os Territórios; o NORDESTE, identificado pela SUDENE, do Maranhão até Bahia; o CENTRO-OESTE, com Mato Grosso, Goiás e Brasília; o SUDESTE, reunindo os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais e São Paulo; finalmente, o SUL, somando Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Outro critério de agregação, constante dos quadros estatísticos transcritos, é o de duas áreas: **I — Desenvolvida**, incluindo o Sudeste e Sul, excluído Espírito Santo, e **II — Subdesenvolvida**, compreendendo este último Estado, o Norte, o Centro-Oeste e o Nordeste. Trata-se de critério operativo para as atividades do BNDE, conforme definido no art. 34 da Lei n.º 2 973, de 26-11-1956.

Evidentemente, as classificações citadas anteriormente são incompletas, porquanto nas grandes áreas regionais se encontram outras subáreas desenvolvidas e subdesenvolvidas. De igual modo, a integração das grandes áreas está por se completar, não sendo viável identificar, com segurança, as características comuns e o grau de interdependência, justificativos dos agrupamentos geo-econômicos.

Seguindo os critérios indicados, transcreve-se no quadro I a renda **per capita** observada em 1950 e 1960. A renda urbana e rural é uma aproximação do rendimento do setor não-agrícola e agrícola, respectivamente relacionados com as populações urbana e rural. O denominador da renda sugere alguns reparos, para melhor interpretação dos resultados. Confrontando cifras de 1950 e 1960, deve-se ter em conta que o movimento demográfico tende a melhorar os resultados de áreas tradicionalmente exportadoras de mão-de-obra, em detrimento daquelas desenvolvidas. Acresce o fato de que nem toda a população está efetivamente engajada no processo produtivo. Parte predominante não tem responsabilidade, nem o benefício direto da formação da renda. Para corrigir tais indicações seria necessário selecionar cifras de população economicamente ativa, estatística precária e restrita, até agora, à estimativa censitária de 1950.

O valor **per capita** mostra a discrepância dos níveis de atividade, mantidos nos dois anos escolhidos. São exemplos os baixos índices do Maranhão e do Piauí, distantes das médias de São Paulo e da Guanabara. Os dados para a Guanabara estão, da mesma sorte, prejudicados pela concentração de pagamentos do setor público e pelos resultados na forma de remuneração de capital, mal classificados como geradores de renda na área. A disparidade observada em termos de renda total, repete-se no confronto urbano e rural. A posição relativa do Nordeste evidencia a desvantagem da referida região, que oferece, de modo geral, índices desfavoráveis. No Sudeste e Sul encontram-se os níveis mais elevados de rendimento **per capita**. Nestas regiões são encontrados os maiores índices de densidade econômica.

De acôrdo com os elementos do quadro II, a distribuição para o todo nacional, nos dois anos em análise, revela a elevada concentração regional da atividade econômica

I — RENDA INTERNA RURAL E URBANA, "PER CAPITA", SEGUNDO AS UNIDADES FEDERADAS — 1950 e 1960

UNIDADES FEDERADAS	RENDA POR HABITANTE (cruzeiros correntes)					
	1960			1950		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
BRASIL	27 005	40 178	16 194	4 241	7 858	2 192
Norte	16 261	30 033	7 900	2 688	6 441	964
Amazonas	24 898	47 968	13 417	4 198	11 181	1 642
Pará	15 704	28 582	6 878	2 494	5 661	817
Nordeste	13 564	21 413	9 477	2 003	4 486	1 113
Maranhão	9 214	23 056	6 169	1 405	4 962	659
Piauí	7 710	17 903	4 566	1 186	4 479	544
Ceará	12 038	19 405	8 292	1 939	4 092	1 213
Rio Grande do Norte	15 177	18 457	13 206	2 201	4 173	1 500
Paraíba	14 430	15 123	14 056	2 004	3 387	1 502
Pernambuco	16 194	23 158	10 522	2 523	4 927	1 263
Alagoas	13 526	18 797	10 852	1 808	3 820	1 093
Sergipe	14 653	21 493	10 297	2 016	4 337	933
Bahia	14 913	24 382	9 861	2 050	4 828	1 081
Centro-Oeste	15 896	17 363	15 105	2 472	4 447	1 836
Goiás	14 715	17 240	13 607	2 250	3 965	1 816
Mato Grosso	20 909	21 860	20 288	2 986	5 100	1 895
Sudeste	37 631	50 405	20 467	6 213	9 511	3 223
Espírito Santo	17 285	27 784	12 345	3 250	6 387	2 331
Minas Gerais	18 991	24 801	14 095	3 013	5 095	2 140
Rio de Janeiro	25 446	29 333	19 363	4 201	6 338	2 267
Guanabara	77 963	79 014	37 908	13 784	13 918	9 625
São Paulo	47 600	58 005	30 024	7 787	10 385	4 905
Sul	29 771	39 288	24 026	4 456	8 100	2 931
Paraná	29 651	34 864	27 304	4 861	8 170	3 760
Santa Catarina	23 997	36 748	17 897	3 465	7 940	2 109
Rio Grande do Sul ..	31 137	42 412	23 766	4 621	8 115	2 810
Regiões da Lei n.º 2 973						
I — Desenvolvida ..	35 975	48 529	22 126	5 833	9 304	3 162
II — Subdesenvolvi- da	14 195	22 070	10 039	2 144	4 736	1 208

FONTE: BNDE-DE. Dados básicos da FVG-IBRE. As cifras de renda referem-se à renda interna a custo de fatores, compreendendo renda urbana e rural, respectivamente renda dos setores agrícola e não-agrícola.

nacional. No período indicado, persistiu a alta percentagem de renda gerada na área Sudeste e Sul, respectivamente 61,0 e 18,4%, em 1960, contra 63,6 e 15,9%, em 1950. Desses percentuais, São Paulo reuniu, nos dois anos, aproximadamente 32% da renda nacional.

O setor secundário revela índices de maior concentração para o Sudeste, no seu todo, e, particularmente, para São Paulo, que responderam, respectivamente, por 73,4 e 43,4% em 1950, e 76,4% e 47,7%, em 1960. A distribuição geográfica da renda do setor serviços aproxima-se da média global. O grau de concentração da atividade econômica, em termos reais, há de revelar-se mais intenso, uma vez que a transferência de recursos das áreas de baixa renda **per capita**, para as de melhor nível, apresenta, em geral, resultado desfavorável para as primeiras.

Os valores comparados têm, ainda, característica fundamentalmente diversa, no que respeita à sua importância dinâmica em cada economia regional. A indústria, nas zonas de menor densidade econômica, constitui, predominantemente, atividade de beneficiamento e de baixo índice de manufatura. O contrário sucede nas zonas urbanizadas e industrializadas do Sudeste e Sul. Quanto ao setor serviços, de igual forma há diferenças a caracterizar. Na área atrasada, os serviços são atividade residual que se mistura aos níveis dos denominados autônomos e dos semiocupados, enquanto na região desenvolvida predominam os serviços mais capitalizados, com rendimento eficiente e organizado, inclusive em base de empresa.

Todos esses indicadores oferecem imagem do desnível no plano de Estados e grandes Regiões. Escapam outros índices representativos e o desdobramento indispensável para subáreas, de modo a melhor reconhecer o grau de discrepância regional. Dispondo de fronteiras econômicas em aberto, onde o problema regional se traduz em termos de ocupação efetiva do espaço geográfico, evidentemente os valores **per capita** perdem sentido por se referirem a áreas de reduzidos ou nulos resultados. Acresce observar a diferença de níveis de renda entre os complexos urbano-industriais existentes e a periferia sob sua influência, até então isolados entre si e com relativa autonomia. O impacto daqueles aglo-

merados urbanos tem-se traduzido em intrincados processos de concentração industrial e urbana, cujos efeitos se fazem sentir nos núcleos menos representativos.

O deslocamento da fronteira econômica, estabelecido graças à implantação de eixos pioneiros no sistema rodoviário, apresenta-se como outra tendência de integração e de desintegração regional das zonas isoladas, que passaram a sofrer influência de novas correntes de comércio. Todo esse gênero de efeitos reflete-se nos resultados cotejados anteriormente. A referência a essas tendências tem apenas propósito de melhor conduzir à tradicional interpretação dos resultados, identificando-se, desde já, quais as indagações a fazer, como prioritárias, nos estudos e pesquisas regionais.

Quanto ao desnível regional de desenvolvimento, dados parciais integrantes do apêndice complementam os comentários apresentados. Mais grave que o desnível são as perspectivas de deterioração da atividade econômica de determinadas áreas, expressa como estagnação em termos de renda e emprego. A informação censitária facilita, de certo modo, ilustrar o problema. Comparando os resultados da atividade industrial de 1949 e 1959, nota-se relativa redução do número de operários ocupados nos estabelecimentos recensados naquelas áreas, enquanto significativo aumento se verifica no Sudeste (particularmente em São Paulo).

Os dados constantes do apêndice ilustram o nível de atividade industrial das grandes regiões. O rendimento por estabelecimento também favorece à zona industrializada, embora persista a vantagem relativa de salários regionais para as áreas de menor densidade industrial.

A referida redução do número de empregos oferecidos pelo setor secundário não pode ser generalizada para os demais setores. A atividade primária indica, nas áreas subdesenvolvidas, a substituição de atividades tradicionais por novos setores. No Norte, por exemplo, expandiu-se a cultura da pimenta-do-reino e da juta, ao lado do aproveitamento do minério de manganês e da cassiterita. No Nordeste, podem ser apontados outros empreendimentos não-industriais organizados no período. Novas indústrias posteriores a 1959, apoiadas pelos estímulos e favores fiscais, além dos investimentos infra-estruturais previamente programados

II — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA INTERNA, SEGUNDO SETORES DE ORIGEM E UNIDADES FEDERADAS — 1950 E 1960

UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM NOS TOTAIS NACIONAIS							
	1960				1950			
	Total	Primário	Secundário	Terciário	Total	Primário	Secundário	Terciário
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	2,2	2,0	2,2	2,2	2,3	1,7	2,9	2,4
Amazonas	0,9	1,0	1,1	0,8	1,0	0,9	1,5	0,8
Pará	1,3	1,0	1,1	1,5	1,3	0,8	1,4	1,6
Nordeste	15,9	22,1	8,2	15,1	16,3	20,3	10,3	16,3
Maranhão	1,2	2,0	0,5	0,9	1,0	1,2	0,6	1,1
Piauí	0,5	0,7	0,1	0,6	0,6	0,7	0,2	0,7
Ceará	2,1	2,9	0,8	2,1	2,4	3,4	0,9	2,3
R. Grande do Norte	0,9	1,5	0,3	0,8	0,9	1,5	0,4	0,9
Paraíba	1,5	2,9	0,4	1,0	1,6	2,6	0,7	1,2
Pernambuco	3,5	3,8	2,5	3,8	3,9	3,9	3,5	4,1
Alagoas	0,9	1,4	0,6	0,7	0,8	1,2	0,7	0,7
Sergipe	0,6	0,8	0,3	0,6	0,6	0,5	0,5	0,6
Bahia	4,7	6,1	2,7	4,6	4,5	5,3	2,8	4,7
Centro-Oeste	2,5	4,7	0,9	1,7	1,9	3,3	0,8	1,5
Mato Grosso	1,0	1,8	0,4	0,7	0,7	0,9	0,4	0,7
Goiás	1,5	2,9	0,5	1,0	1,2	2,4	0,4	0,8
Sudeste	61,0	43,0	76,4	66,5	63,6	52,4	73,4	67,1
Espírito Santo	1,1	1,6	0,5	1,0	1,2	2,1	0,6	1,0
Minas Gerais	9,7	13,9	7,6	7,7	10,8	16,3	7,6	8,2
Rio de Janeiro	4,5	4,1	5,2	4,5	4,4	3,8	5,6	4,2
Guanabara	13,5	0,5	15,4	22,0	14,9	1,0	16,2	24,3
São Paulo	32,2	22,9	47,7	31,3	32,3	29,2	43,4	29,4
Sul	18,4	28,2	12,3	14,4	15,9	22,3	12,6	12,7
Paraná	6,6	12,8	3,0	3,9	4,7	8,2	2,8	3,0
Santa Catarina	2,7	4,1	2,5	1,8	2,5	3,5	2,4	1,7
Rio Grande do Sul	9,1	11,3	6,8	8,7	8,7	10,6	7,4	8,0
Regiões da Lei n.º 2 973								
I — Desenvolvida	78,4	69,6	88,1	79,9	78,2	72,6	85,4	78,9
II — Subdesenvolvida	21,6	30,4	11,9	20,1	21,8	27,4	14,6	21,1

FONTE: Dados básicos da FGV-IBRE. O setor *primário* compreende a atividade agrícola, o *secundário* a indústria e o *terciário* inclui os demais setores.

para a área, compensaram a tendência em aprêço. No Centro-Oeste, o impacto de Brasília ofereceu, igualmente, perspectivas de desenvolvimento. No entanto, todos esses impactos mostram-se insuficientes para corrigir os acentuados desníveis existentes.

A desigualdade regional em si não é o principal problema. O rateio e a mobilidade dos recursos, como o próprio processo de industrialização, contribuem para concentrar a atividade, beneficiando-se de apoio infra-estrutural, das facilidades de aproximação do mercado e de outras economias de escala. A experiência internacional demonstra o comportamento da concentração industrial. Os desníveis, no entanto, podem ser corrigidos com o próprio desenvolvimento do todo, partindo do melhor aproveitamento dos ganhos e das vantagens relativas de cada região. No caso dos desníveis mais agudos, tem-se procurado fixar investimentos compensatórios e infra-estruturais de capacidade germinativa, que garantam o processo autônomo e dinâmico para o reerguimento de áreas prejudicadas.

Os baixos índices **per capita** de renda traduzem-se na escassez de recursos locais para atender a programaz de desenvolvimento. A poupança disponível para financiar empreendimentos locais vê-se tentada pelas vantagens alternativas fora da sua área de origem. Em tal quadro desfavorável soma-se a insuficiente infra-estrutura regional para satisfazer e estimular investimentos.

Os desníveis correlacionam-se diretamente com os níveis **per capita** de consumo e o acanhamento do mercado. Romper todo êsse círculo vicioso corresponde à diretriz de uma integração das diferentes áreas, de maneira orgânica e previamente fixada no desenvolvimento nacional. Antes de comentar êsses aspectos, examinaremos, a seguir, os indicadores que podem evidenciar a distribuição geográfica do desenvolvimento nacional, logrado nos últimos anos.

Ritmo descompassado do desenvolvimento regional

Neste particular, um rosário de ressalvas e de deficiências de informações merece ser referido de início. O confronto temporal exige visão clara do comportamento dos preços nas diferentes áreas, além das respectivas

distorsões de preços relativos. A série nominal para indicar a atividade econômica carece de críticas. Os índices indiretos, como consumo de petróleo, giro comercial, atividade bancária, também são prejudicados pelas mudanças estruturais promovidas pelo desenvolvimento nacional. Tem-se, por exemplo, a substituição entre os derivados de petróleo e a influência da dieselização, a utilização mais intensa do sistema rodoviário, o aumento do parque de veículos de passageiros. Quanto às cifras do giro comercial, a vigilância maior na arrecadação de tributos prejudica a base do seu cálculo. Finalmente, a interferência crescente do sistema bancário também não permite dar homogeneidade às séries que diretamente demonstrariam a evolução do comportamento da atividade econômica regional.

A pobreza da informação, com periodicidade anual, invalida, por outro lado, os confrontos desejados. Tôdas restrições anotadas, quanto à validade das estimativas em aprêço, também procedem no cotejo temporal.

O decênio 1950/60, comparado ao precedente, revela, para os dados demográficos, acentuado incremento nas áreas desenvolvidas. Os exemplos do Norte e Centro-Oeste acusam aumentos percentualmente elevados, porém de significação nacional reduzida. De modo geral, o incremento da população urbana registra maiores taxas no último decênio. O Nordeste caracteriza-se, em seu conjunto, como área exportadora de mão-de-obra, com reduzido aumento do contingente rural.

Todo êsse panorama demográfico, cujos resultados estão devidamente computados no apêndice, demonstra urbanização mais ativa na área já urbanizada, além de relativa perda de importância do Nordeste no contexto nacional. Tais índices não se mostram mais desfavoráveis à essa região, porquanto as novas frentes do Maranhão e a aglomeração urbana nas grandes cidades do Nordeste permitiram reter contingentes demográficos apreciáveis.

O resultado final de tôdas aquelas tendências esboçadas, e que carecem de melhores números e maior meditação, traduziu-se, entre 1950 e 1960, em aumento da densidade demográfica (habitantes por km²) de 24,4 para 33,6 no Sudeste, de 11,6 para 14,5 no

Nordeste e de 36,8 para 52,3 em São Paulo. Os níveis nacionais são estimados, para o período, respectivamente em 6,1 e 8,4, o Sul com 13,5 e 20,5, enquanto o Norte e o Centro-Oeste permanecem como grandes vazios demográficos, de densidades em torno de 1 habitante por km².

Os números indicados para o aumento demográfico acompanham, em parte, o progresso econômico das diferentes áreas: ritmo desfavorável no Nordeste, contrastando com o dinamismo do Sudeste e de São Paulo. Desdobrando o período de análise nos quinquênios 1950/55 e 1955/60, observa-se ligeira recuperação do nível de renda em relação ao Nordeste, ao Norte e ao Centro-Oeste. O modesto incremento no segundo quinquênio pouco se distancia dos resultados indicados para o Sudeste e para São Paulo.

Distribuiu-se aquela melhoria no nível dos rendimentos urbano e real **per capita**. A comparação supõe que os preços tenham evoluído a iguais ritmos, hipótese muito simplificadora. A média dos índices de custo de vida nas capitais ou o comportamento de outros indicadores de preços não permitem ajuizar tendência definitiva. Evidenciam, no entanto, o crescimento do Norte acima da média para o Sudeste, enquanto para as demais áreas o comportamento dos preços segue ritmo inferior ao indicado para o Sudeste.

Em termos nominais, a tendência da renda regional é ilustrada no gráfico em anexo, que comprova a observação de que reduzida melhoria foi lograda nos níveis **per capita** da área subdesenvolvida. Tal fato não pode ser generalizado como efeitos regionais do desenvolvimento nacional. Vale indicar, por exemplo, que das capitalizações havidas, os empreendimentos do Sudeste tiveram maiores benefícios, atraindo, inclusive, o interesse dos investidores privados. Por outro lado, investimentos federais compensatórios promovidos através das grandes entidades de desenvolvimento regional, bem como as aplicações em obras pioneiras, como rodovias, constituíram contrapartida à desfavorável localização dos investimentos concentrados e beneficiando a área desenvolvida.

O ritmo de desenvolvimento das áreas menos desenvolvidas só pode ser aferido através de índices indiretos e insuficientes, como aqueles mostrados nos gráficos anexos.

Quanto ao consumo de derivados de petróleo, por exemplo, cabe a São Paulo a liderança e o comando da tendência de todo o Sudeste e da denominada Região desenvolvida. Nas demais áreas, o consumo não revela tendência semelhante, salvo no período posterior a 1957, quando, parcialmente, seu ritmo de crescimento recupera-se.

Iguais indicações constam das cifras referentes ao consumo de cimento e lenha. Para este último item tem-se a única ressalva de perda relativa na posição do Sudeste no seu todo. Os números de consumo estão estimados, **grosso modo**, como os próprios dados de produção. No caso do cimento, a queda observada no Centro-Oeste explica-se pela diminuição do ritmo inicial das obras de Brasília. Finalmente, os índices de consumo de energia elétrica indicam, uma vez mais, favorável evolução dos indicadores relativos a São Paulo e Sudeste, em contraste com as zonas menos desenvolvidas.

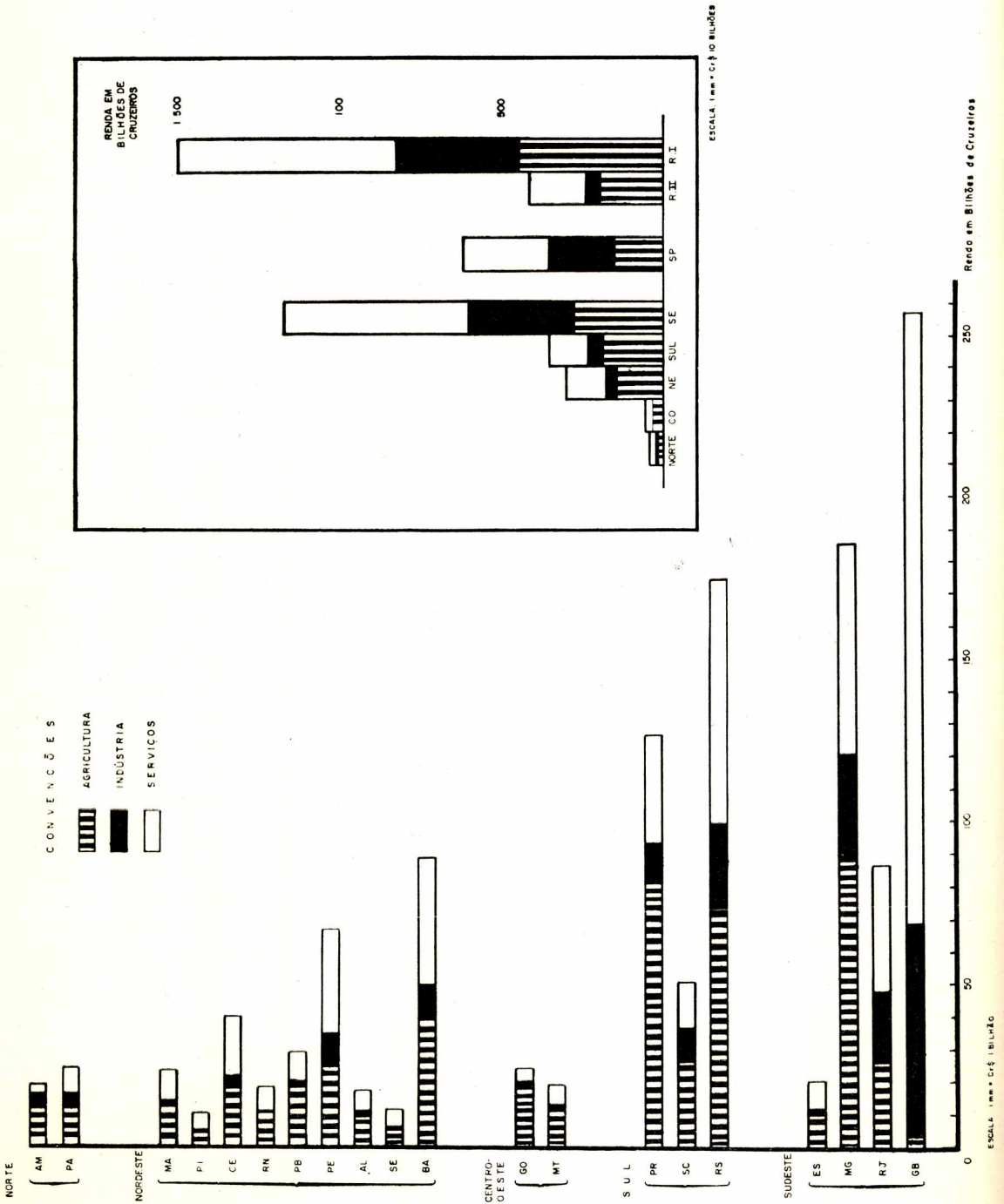
Os resultados recentes, posteriores a 1960, serão significativos para julgar do êxito da política preconizada e executada pelas entidades federais e estaduais voltadas para o desenvolvimento regional. Os elementos de juízo disponíveis são precários; dificilmente ter-se-á, a curto prazo, melhores estimativas, dada a insuficiência da informação oferecida pelo sistema estatístico nacional. Melhoria nos índices de desenvolvimento das regiões periféricas é, contudo, hipótese razoável, tanto mais que entidades regionais vêm promovendo programas de investimentos e de estímulos, inéditos, até então.

Acresce que os instrumentos da ação governamental, para atender a problemas peculiares de economias regionais, foram-se aperfeiçoando e, hoje, representam meio hábil e de relativa eficiência. Antes de discutir tais instrumentos e os mecanismos do desequilíbrio, que geralmente se pretende corrigir pela interferência direta ou indireta do Poder Público, merecem ser comentadas, previamente, as diversas concepções em voga sobre problemas regionais.

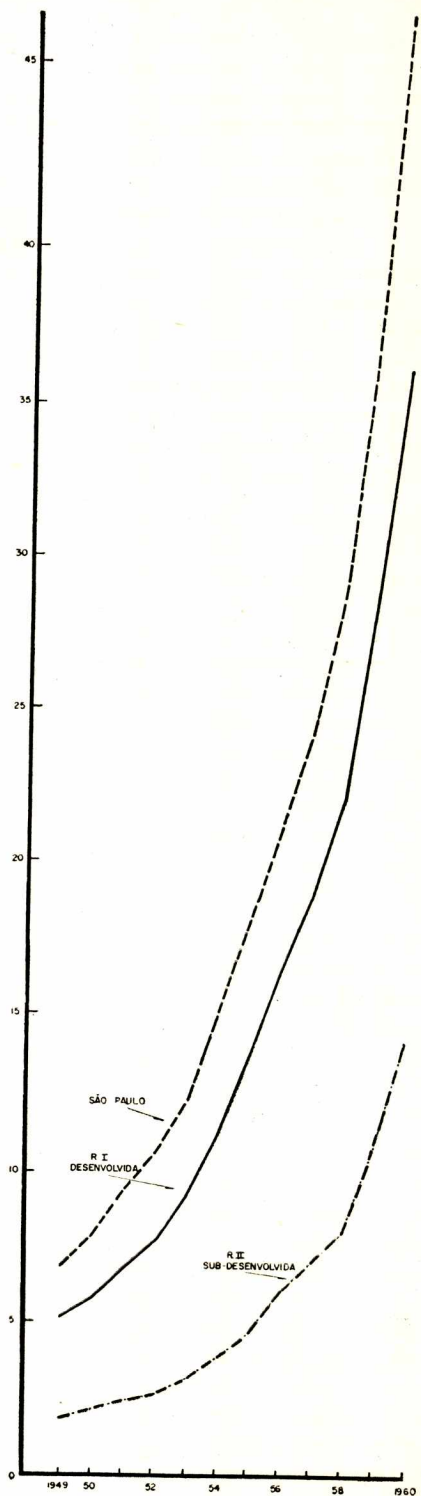
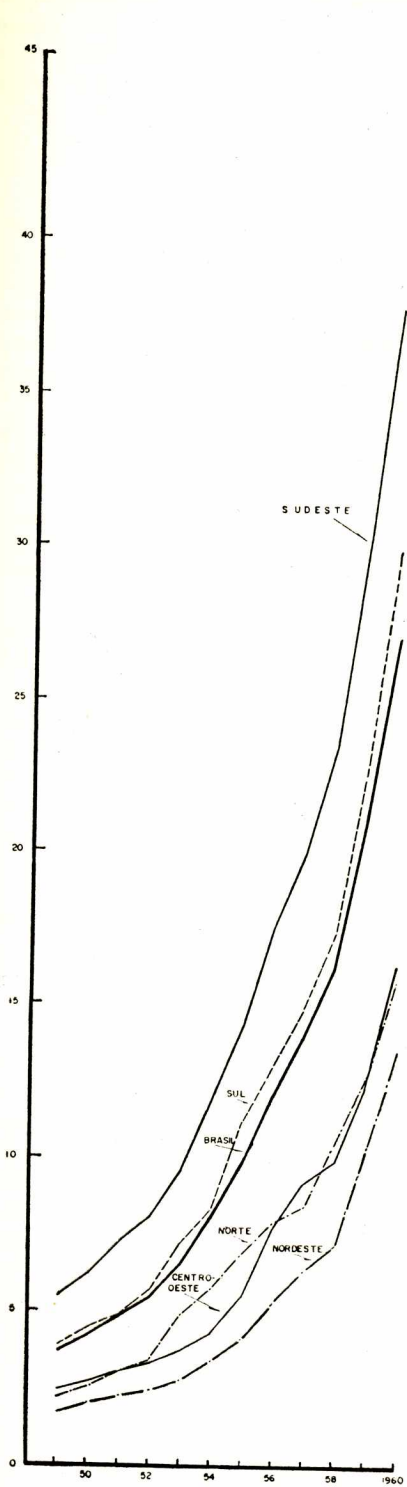
Problemas de programação regional

Compreendendo programação como a política econômica estabelecida, segundo o prévio julgamento de alternativas para aproveitar recursos e potencialidades conhecidos,

RENDA INTERNA DO BRASIL - 1960



BRASIL - RENDA INTERNA "PER, CAPITA", SEGUNDO
 REGIÕES GEO - ECONÔMICAS 1949-60
 EM MILHARES DE CRUZEIROS CORRENTES



pode-se entender os problemas da programação regional como a preocupação de identificar prioridades para o desenvolvimento de determinada área.

A concepção do problema regional varia de acôrdo com o espaço geográfico a ser objeto da política econômica. Destacam-se, como principais exemplos, os seguintes: I) — aproveitamento múltiplo e integrado de bacias hidrográficas ou vales de grandes rios; II) — planejamento de comunidades urbanas e de áreas metropolitanas; III) — grandes regiões com características homogêneas, que justificam sua classificação como área-problema e IV) — zonas pioneiras a incorporar ao desenvolvimento nacional. Outros grupamentos caberiam ser lembrados, porém estas quatro categorias bem definem os problemas práticos da programação que se encontram na experiência brasileira.

Os exemplos citados estão escalonados em uma ordenação meramente formal, quanto à natureza dos problemas a considerar no espaço geográfico. Em todos êles, a distribuição e a captação dos recursos constitui o principal condicionante do processo de desenvolvimento. Êste não é, contudo, simples problema de localização econômica para projetos isolados. Tem-se de ponderar, também, a economicidade de tôdas as áreas, a fim de definir, em conjunto, as alternativas mais eficientes para lograr a expansão continuada do mercado interno e, conseqüentemente, do desenvolvimento nacional.

Isolado o problema regional em cada um dos exemplos referidos, não se pode frustrar a grandeza do todo, pois no final ter-se-á de agregar as soluções regionais em plano compatível e consistente com os objetivos e com as disponibilidades de recursos nacionais.

Distingue-se, a rigor, dois aspectos bem diversos do problema. O primeiro restringe-se ao projetamento adequado de recursos e de disponibilidades regionais ou mobilizáveis para a área estudada, transformando-se tôda a sistemática aos termos de prioridades locais. Em segundo lugar, ter-se-ia a grandeza de cada programa regional definido como parte consistente de um todo, onde a agregação das políticas parciais não comprometeria o ritmo de desenvolvimento, nem tampouco deixaria de se apresentar

com coordenada e sistemática prioridade, compatível com os meios disponíveis.

A experiência de **aproveitamento múltiplo e integrado de bacias hidrográficas** compõe grande acervo no plano internacional. A exigência de integrar soluções ótimas para utilização racional de recursos hidráulicos sugere programas conjuntos. O Vale do Tennessee, através dos conhecidos planos do TVA, teve o caráter pioneiro em tais iniciativas. No Brasil, o estudo dos recursos das bacias hidrográficas de igual maneira vem sendo realizado através de planos específicos. Destacam-se o do Vale do São Francisco, o da Bacia Paraná-Uruguai, os ainda modestos projetos do Vale Araguaia-Tocantins e as tentativas de aproveitamentos hidráulicos de menor escala (1).

A amplitude de cada programa indicado é dada pelo grau de utilização do potencial energético, da regularização do rio para navegação e do aproveitamento racional das margens próximas. Nem sempre os planos mostram-se amplos como o do Vale do São Francisco, que prevê ação programática a todo o desenvolvimento da área, sob influência do Vale. Na utilização múltipla dos rios, são os projetos de aproveitamento hidráulico o fator decisivo, pressupondo-se, de modo geral, que margem de tais investimentos infra-estruturais tem característica promocional. Justifica-se, desta forma, a perspectiva de sua maturação e seu aproveitamento a prazos longos.

Os recursos a mobilizar para aquêles empreendimentos comprometem os orçamentos nacionais de investimentos promocionais, particularmente quando o centro dinâmico do sistema reclama e condiciona seu próprio crescimento a novos investimentos em sua área de influência direta. Há, no entanto, as ressalvas de programas, com resultados escalonados de tal modo que o aproveitamento tem repercussões imediatas e sensíveis. Ê o caso dos programas referentes às áreas de densidade demográfica e econômica já representativas, onde se identificam investimentos capazes de corrigir anomalias ou estrangulamentos que têm alta prioridade e resultados próximos.

(1) Recentes resultados podem ser mencionados, como os estudos dos Vales da Ribeira, do Tieté e do Paraíba, em São Paulo; do Parnaíba, no Piauí e Maranhão; do Jaguaribe, no Ceará; do Rio Doce, em Minas Gerais e Espírito Santo; do Itajaí, em Santa Catarina.

Cadastrados os recursos locais e analisada a mobilidade de outros fatores, tem-se o quadro de perspectivas de oferta regional. Associam-se a tal moldura, a seguir, as dimensões de prioridades a fixar na área dos estímulos e dos investimentos. A programação passa a se identificar como problema de qualquer projetamento nacional ou setorial, ou seja, escolha de alternativas economicamente válidas e de melhor rendimento regional.

O planejamento de comunidades urbanas e de áreas metropolitanas traduz-se como preocupação melhor qualificada nas tarefas dos urbanistas. Não deve ser confundido como programa regional, pois sua ótica restringe-se ao núcleo urbano. Este, determinado por diversos fatores econômicos e não-econômicos, revela, em seu projetamento industrial, particularidades a considerar em torno das economias externas, oferecidas pelos grandes núcleos organizados e atuantes, como forças centrípetas do próprio desenvolvimento regional. Os mecanismos dessas forças aguçam distorções que o planejamento adequado terá de evitar, reduzindo o problema à dimensão de escolha ou escolhas locais.

Tem atualidade no grande desenvolvimento urbano registrado no País a significação desses núcleos como centro de absorção de emprego em atividades marginais à indústria ou de serviços propriamente ditos. Tal problema configura-se de forma diversa aos programas integrados de uma região. O plano-diretor de urbanismo e a política de descentralização oferecem razoáveis indicações para melhor aproveitamento e zoneamento das respectivas áreas.

Pesquisas sócio-econômicas realizadas junto a diversas comunidades, como aquelas orientadas pelo denominado grupo "Economia e Humanismo", revelam a natureza intrincada das diversas influências atuantes nos aglomerados urbanos. Merece ser ainda citado o esforço dos geógrafos, que vêm tentando sistematizar as determinantes do desenvolvimento urbano e do grau de interdependência das diferentes áreas. No Brasil, tais estudos foram divulgados parcialmente, carecendo, ainda, de pesquisas mais aprofundadas e de observações de campo (2).

O terceiro aspecto lembrado na ordem de problemas qualificados como regionais seria o da **programação de regiões homo-**

gêneas classificadas como áreas-problema. Tem-se, no Brasil, dois exemplos representativos — o Nordeste e a Amazônia. No primeiro, o plano-diretor esboçado e realizado, parcialmente, pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) dá todo o conteúdo do que seria um programa de objetivos integrados para recuperar e desenvolver a região. Aqui, a política de integração responde com sua parcela decisiva, se bem que outras justificativas são anotadas para o programa.

A homogeneidade do grande Nordeste traduz-se na insuficiência de oportunidades de emprego e de renda; na pressão de crescente população; na deterioração de atividades tradicionais predominantes; na correção de fatores desfavoráveis e responsáveis pelo mal aproveitamento dos recursos locais; na instabilidade e na insuficiência do desenvolvimento local; e em outros valores de juízo que vêm sendo arrolados.

A Amazônia também tem seus elementos de homogeneidade para defini-la como área-problema. A baixa densidade demográfica, prejudicada pela aglomeração dos poucos centros urbanos da área; a insuficiência dos estímulos à produção extrativa tradicional como fator autônomo de desenvolvimento; as dificuldades naturais do meio; a limitada dimensão do mercado local e a pobreza de um quadro infra-estrutural para apoiar novos investimentos são, entre outros, valores a considerar na grande área-problema. Esta, embora reúna extensa bacia hidrográfica, não tem, como tal, a unidade de aproveitamento múltiplo dos seus grandes rios. A dimensão de seus problemas prejudica-se, mais ainda, pelo desconhecimento e pelo limitado acesso às suas efetivas potencialidades, utilizáveis em escala econômica razoável.

Áreas-problema podem ser enumeradas em nível menor, como as zonas de atividade predominante. Tem-se, por exemplo, o Sul da Bahia, como área do cacau, exigindo atenção para corrigir sinais de relativa estagnação, motivada por fatores aleatórios e estranhos aos interesses da própria área.

(2) Ver GEIGER, Pedro Pinchas — "Evolução da Rêde Urbana Brasileira" — Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP-MEC, 462, pgs., 1963. Consultar, ainda, o "Rio de Janeiro e Sua Região", pelo Grupo de Trabalho de Geografia Urbana da Divisão de Geografia, do CNG — IBGE, Rio de Janeiro — 1964 pg. 146.

Trata-se de área-problema determinada como homogênea, com exigências para melhor índice de desenvolvimento ou de correção de seus estrangulamentos. Em tôdas essas áreas, a diversificação da atividade econômica, a escolha de melhores alternativas para seus recursos com ganho locacional ou vantagem relativa de mercado, são hipóteses a considerar nos programas conjuntos que se pretenda. A integração ao todo nacional ou a determinadas áreas interdependentes representa, nesses projetos, o ponto de real significado ao desenvolvimento regional consistente.

Outro exemplo é o de áreas pioneiras, que se confundem com as situações anteriormente lembradas. Neste caso, a estratégia do programa estará voltada para a realização de investimentos promocionais e de infra-estrutura, para apoio a posteriores iniciativas do setor privado ou público. Trata-se de programas dispendiosos, onde a surpresa de recursos desconhecidos investe, por vêzes, as linhas e o horizonte dos programas traçados. Os eixos pioneiros do estilo da BR-29 (Brasília/Acre) ou da BR-14 (Belém/Brasília) são exemplos do aproveitamento de áreas pioneiras. Tem o programa características peculiares, representando, tal qual a construção de Brasília, experiência de política deliberadamente voltada para a efetiva ocupação de novas áreas do território nacional.

Em tôdas as situações comentadas, o programa regional qualifica-se como um balanceamento de recursos e de potencialidades, ao lado dos meios e dos instrumentos indiretos capazes de conduzir seu aproveitamento. A formulação de tais programas, mesmo em seu caráter preliminar de anteprojetos, tem sido prejudicada pela ausência de pessoal e da adequada concepção para a natureza do problema.

A pré-pesquisa e o pré-investimento reclamados para o bom projetamento exigem que os programas se façam sem prever a limitação dos recursos de financiamento. O bom projeto terá, mais cedo ou mais tarde, sua oportunidade de implantação. Na maioria dos programas regionais, particularmente na área subdesenvolvida, observa-se sistemática pobreza de projetos bem ponderados e financiáveis. Repete-se, em parte por tal deficiência, a triste dispersão de recursos, ao lado do insucesso de empreendimentos

esboçados sem a cautela de prévio projetamento econômico e técnico satisfatório.

O bom projetamento, no entanto, não é condição suficiente para dar ao desenvolvimento regional a desejada articulação nacional. A suficiência se completaria com a necessidade de situar, no todo nacional, as efetivas viabilidades de cada projeto, como um passo para a expansão e a consolidação do mercado interno.

O próprio financiamento dos empreendimentos tenderá a se apoiar na hipótese de uma interdependência dos interesses do produtor do equipamento e do investidor ou, então, na ordem de recursos capitalizáveis, face às exigências regionais para determinado projeto. A orientação federal para essa sorte de decisões articuladas, em claros e definitivos objetivos, trará frutos imediatos à recuperação da periferia, não beneficiada pelos impactos da industrialização havida no País, ao mesmo tempo que se consolidará o parque manufatureiro instalado e sem plena utilização.

Mecanismo da desigualdade e política de integração regional

Seria temerário fixar, *a priori*, as razões das desigualdades regionais, mesmo porque a própria desigualdade não se encontra suficientemente mensurada. Todavia, é lícito especular em torno de variáveis que, no mecanismo do desenvolvimento nacional, têm influência semelhante no plano regional. A maior mobilidade interna dos fatores e, particularmente, até de recursos outros, dá maior eficácia aos mecanismos geradores das desigualdades. Assim, prevalecem os clássicos meios da transferência de renda e de capitalização, através da perda dos índices dos preços de intercâmbio e de outras hipóteses discutidas no plano nacional.

O grau de interdependência regional também não se encontra suficientemente determinado para reconhecer a posição de cada área. A metodologia para tal apreciação é viável e pode ser concebida em termos satisfatórios, desde que se estabeleça modelos regionais de insumo-produto (3).

(3) Trabalhos divulgados pela Regional Science Association liderados pelo Professor Isard, e mais recentemente a pesquisa do Instituto Torcuato di Tella sobre "A Estrutura Regional Argentina" são referências da aplicação eficiente do quadro de insumo-produto na análise de interdependência regional.

Não seria difícil contar com tal pesquisa no caso brasileiro, desde que o IBGE se despertasse para a importância desse elemento informativo como indicador do desenvolvimento nacional, além da própria utilidade secundária de teste de consistência para a informação estatística reunida.

Conhecido o nível de interdependência, ter-se-ia a magnitude da influência dos mecanismos de desequilíbrios. Entre êles destaca-se, inicialmente, a tendência dos preços nas diferentes áreas. O confronto dos níveis de preços no tempo e dos preços relativos esclarece situações prováveis que dão, para a área periférica ao centro desenvolvido, quadro normalmente desfavorável. Os investimentos são encarecidos, enquanto os preços dos produtos tradicionalmente exportados sem elevado grau de industrialização têm comportamento prejudicado pela flexibilidade e características da oferta do produto importado. Repete-se o quadro de tendências das relações de troca entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas.

O problema se agrava com o fato de enfrentar a periferia um centro organizado em escala crescente como setor capitalista, enquanto em seu quadro estrutural persiste a economia primária, apoiada, inclusive, em mercado não monetizado. A concorrência dos preços lhe é desfavorável; trata-se apenas, porém, de um dos processos de transferência de renda. Outros, a seguir comentados, também têm participação decisiva na descapitalização regional.

Enfatiza-se como importante desestímulo às economias regionais a dificuldade de reter, nas áreas de origem, as poupanças geradas pelos seus investimentos. A transferência se processa, no caso das empresas, em termos de registro contábil da parcela de lucros, aplicados em geral fora da área de origem. No que concerne à renda distribuída, na própria área, tem-se, graças à sua concentração, excedente cuja aplicação também não encontra na própria origem oportunidades compensadoras. Em todo esse processo, o sistema financeiro e bancário representa fator determinante na reorientação dos fundos de investimentos regionais. A mobilidade de recursos na economia nacional permite favorecer, portanto, o financiamento parcial do desenvolvimento da área mais dinâmica, pelas poupanças geradas na área

periférica. As proporções dessa renda transferida escapam a melhor julgamento, porém na órbita regional de origem têm percentual apreciável.

Os instrumentos de política econômica vigentes tendem, também, a ser regressivos para a periferia. Fixados dentro do aparente critério de equidade e de não discriminação, realizam, de fato, desajustes em suas consequências regionais. O multiplicador dessas influências mostra-se variável e, não raro, prejudicial, em maior escala, para a periferia, onde o fato de terem setores predominantes na formação da renda acarreta impactos normalmente mais violentos.

Os instrumentos podem ser arrolados em seu conjunto, e vão desde a política dos preços e fretes, sem o rateio nivelado dos custos de transportes, à política de crédito que estabelece iguais normas para retenção de depósitos ou tetos e prazos para operações tradicionais de crédito oficial, até à política cambial que pretende, por vezes, uniformizar a taxa para produtos de exportação com gravosidade diversa. São, também, exemplos a política de investimentos e de tributação que oneram, percentualmente mais, a periferia, de reduzido e limitado orçamento e com carga tributária já excessiva, face ao seu nível de renda; a política de investimentos federais nem sempre compensatória para atender à descapitalização processada, e assim por diante.

Dar organicidade regional à política do desenvolvimento nacional, ponderando a agregação das alternativas em jôgo, representa o desafio dos dias de hoje. O reconhecimento das estruturas regionais exige, por exemplo, o atendimento de indústrias médias e pequenas, onde vantagens relativas são evidentes. A organicidade, em caso como este último, exige a definição nacional de prioridades regionais, a constatar na política de desenvolvimento industrial.

Fato importante a acentuar é a característica peculiar da organização do Poder Público no País. A estrutura fiscal e as complementações constantes de fundos específicos, com rateios regionais, conduziram ao fortalecimento do poder de decisão estadual, cujo peso relativo na escolha de alternativas de desenvolvimento constitui fato novo a examinar. Além de formulação inicial dos projetos, as entidades regionais pressionam

os recursos dispersos na economia nacional e na administração federal. Em áreas como a Amazônia e Nordeste, a coordenação dessas iniciativas pode ser eficientemente obtida, graças às entidades federais ali instituídas.

Todavia, no que respeita ao financiamento a projetos promocionais ou a indústrias regionais, cabe indicar novo esquema operacional. Nesse esquema, a ser meditado, teria o BNDE condições de auxiliar, como agência central, os financiamentos a tais empreendimentos. Orientando as decisões, como órgão federal central, com responsabilidades previamente determinadas e recursos devidamente fixados e ampliados, teria o Banco oportunidade para disciplinar o interesse da

integração regional, como elemento básico ao alargamento do mercado interno.

Uma imagem das entidades estaduais, interestaduais e federais, dedicadas a programas regionais específicos, consta de quadro próprio do apêndice, com o alinhamento das mais significativas. Todas essas entidades, parcialmente frustradas em seus objetivos, pela ausência de uma concatenação de esforços em plano nacional, representam valioso investimento a ser melhor estudado e considerado. A prática do projetamento que se aplica nos diversos escalões desses organismos regionais, desde já é fator decisivo, nos próximos passos, para lograr a correta política nacional de desenvolvimento regional.

SUMMARY

REGIONAL DEVELOPMENT — ITS PROBLEMS AND PERSPECTIVES

The author examines the problems and perspectives of the regional development process in the Brazilian economy, and analyses the effectiveness of the economic policy instruments which may serve to correct the existing unbalances. He stressed the importance of coordinating efforts on the federal and state government levels in order to achieve greater progress in the national policy for regional development. All the analysis carried out in the study is based on Brazil's division into five major geo-economic regions—north northeast, central west, southeast, and south—which are grouped in two single regions for purposes of the action taken by the National Bank for Economic Development (BNDE). The two regions referred to are the developed region (south and southeast regions, not including the state of Espírito Santo) and the underdeveloped region (north, northeast and central west regions, plus the state of Espírito Santo).

In its first part, the study emphasizes the existence of regional unbalances in the country's economic development based on data of income and other important economic indicators presented as an attachment to the work. Following that, and still based on the same indicators, the author goes on to examine the uneven rate of growth observed in various regions. He then takes up the analysis of the problems of regional programming in Brazil, as seen from different angles: I) multiple and integrated utilization of hydrographic basins or major rivers valleys; II) urban communities and metropolitan planning areas; III) problem areas; IV) pioneer zones. Finally, the author studies the mechanisms of inequality and the regional integration policy. He arrives at the conclusion that it is necessary to give regional organic character to the country's national economic development policy.

RESUMÉ

DÉVELOPPEMENT RÉGIONAL — PROBLÈMES ET PERSPECTIVES

L'auteur examine les problèmes et les perspectives du processus de développement régional de l'économie brésilienne tout en analysant l'efficacité des instruments de politique économique qui seraient utiles à la correction des déséquilibres existants, et rehausse, en même temps, l'importance de la coordination d'efforts, dans le domaine du gouvernement fédéral et de celui des États, en vue d'atteindre un progrès plus accentué dans la politique nationale de développement régional. Toute l'analyse faite dans cette étude prend pour base la division du Brésil en cinq grandes régions géo-économiques: Nord, Nord-Est, Centre-Ouest, Sud-Est et Sud. Au regard des buts visés par le BNDE ces régions se groupent en deux: la région développée (régions Sud et Sud-Est, sauf l'Etat de Espírito Santo) et la région sous-développée (régions Nord, Nord-Est et Centre-Ouest, l'Etat de Espírito Santo y compris).

Dans la première partie l'auteur se penche sur les déséquilibres régionaux du développement économique du pays, en prenant pour base les données concernant le revenu et d'autres indicateurs importants qui sont présentés en appendice au travail. Ensuite, et sur la base des mêmes indicateurs l'auteur examine le rythme irrégulier du développement des différentes régions; puis il analyse les problèmes de programmation régionale du Brésil, vus sous plusieurs angles, savoir: I — mise à profit, d'une manière multiple, des bassins hydrographiques ou des vallées des grands fleuves; II — planification des communautés urbaines et des régions des grandes métropoles; III — régions-problèmes; IV — zones d'action pionnière. L'auteur étudie, enfin le mécanisme de l'inégalité et la politique d'intégration régionale et finit en soulignant la nécessité d'organiser, du point de vue régional, la politique de développement national.

INDICADORES REGIONAIS

Discriminação	Brasil	Regiões Geo-Econômicas					Regiões da Lei 2 973		São Paulo
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	I - Desenvolv.	II - Sub-desenvolv.	
1. POPULAÇÃO									
1.1 — Densidade demográfica (hab/km²)									
1940	4,8	0,4	9,3	0,7	19,8	9,9	15,9	2,5	29,0
1950	6,1	0,5	11,6	0,9	24,4	13,6	20,2	3,2	36,8
1960	8,3	0,7	14,5	1,6	33,6	20,5	28,5	4,2	52,3
1.2 — Distribuição %									
Total									
1940	100,0	3,5	35,0	3,1	44,5	13,9	56,6	43,4	17,4
1950	100,0	3,6	34,6	3,3	43,4	15,1	56,8	43,2	17,6
1960	100,0	3,7	31,6	4,2	43,8	16,7	58,8	41,2	18,3
Urbana									
1940	100,0	3,2	26,2	2,1	56,1	12,4	67,3	32,7	24,6
1950	100,0	3,1	25,2	2,3	57,1	12,3	68,4	31,6	25,6
1960	100,0	3,1	24,0	3,3	55,7	14,0	68,4	31,6	25,5
Rural									
1940	100,0	3,7	39,0	3,5	39,2	14,6	51,7	48,3	14,1
1950	100,0	3,8	39,8	4,0	35,7	16,7	50,3	49,7	13,1
1960	100,0	4,2	37,8	5,0	34,0	19,0	50,9	49,1	12,4
1.3 — Taxa de urbanização									
1940	31,2	27,8	23,4	21,5	39,4	27,7	37,1	23,5	44,1
1950	36,2	31,5	26,4	24,4	47,5	29,5	43,5	26,5	52,6
1960	45,1	37,8	34,2	35,0	57,3	37,6	52,5	34,5	62,8

Discriminação	Brasil	Regiões Geo-Econômicas						Regiões da Lei 2 973		São Paulo
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	I - Desenvolv.	II - Sub-desenvolv.		
									Regiões da Lei 2 973	
1.4 — Incremento anual % - (Taxa geométrica)										
Total										
1940/50	2,3	2,2	3,3	2,1	3,0	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
1950/60	3,2	2,6	5,6	3,3	4,2	3,6	2,7	3,6	3,6	3,6
Urbana										
1940/50	3,8	3,4	4,5	4,0	3,8	4,0	3,5	4,0	4,3	4,3
1950/60	5,4	4,9	9,5	5,2	6,8	5,4	5,4	5,4	5,4	5,4
Rural										
1940/50	1,6	1,8	2,9	0,6	2,6	1,2	1,9	1,2	0,8	0,8
1950/60	1,6	2,2	4,0	1,1	2,9	1,7	1,5	1,7	1,1	1,1
2. RENDA — ÍNDICES GLOBAIS										
2.1 — Renda "per capita" nominal - aumentos quinquêniais em %										
Total										
1950/55	131,6	106,0	179,8	129,4	151,2	133,3	115,4	133,3	131,4	131,4
1955/60	174,9	222,0	129,8	164,0	166,0	164,4	207,3	164,4	164,2	164,2
Urbana										
1950/55	101,8	79,8	66,2	109,5	96,8	107,1	79,2	107,1	110,1	110,1
1955/60	153,3	165,5	134,9	153,0	146,5	151,8	160,1	151,8	165,8	165,8

Discriminação	Brasil	Regiões Geo-Econômicas					Regiões da Lei 2 973		São Paulo
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	I - Desenvolv.	II - Sub-desenvolv.	
Rural									
1950/55	158,8	138,8	116,8	265,8	146,9	199,8	164,3	141,6	160,2
1955/60	185,5	243,2	292,7	124,9	157,3	155,3	164,8	243,9	135,3
2.2. — Distribuição da renda - % s/total Brasil									
Total									
1950	100,000	2,252	16,345	1,949	63,594	15,860	78,546	21,454	32,290
1960	100,000	2,208	15,875	2,494	60,980	18,443	78,352	21,648	32,226
Agrícola									
1950	32,992	0,553	6,683	1,095	17,307	7,354	23,956	9,036	9,642
1960	32,933	0,667	7,292	1,540	14,151	9,282	22,912	10,021	7,559
Não-agrícola									
1950	67,008	1,699	9,662	0,854	46,287	8,506	54,590	12,418	22,648
1960	67,067	1,541	8,582	0,954	46,829	9,161	55,440	11,627	24,667
Indústria									
1950	21,092	0,602	2,182	0,165	15,487	2,656	18,022	3,070	9,153
1960	22,423	0,514	1,846	0,192	17,124	2,747	19,759	2,663	10,694
Govêrno									
1950	7,415	0,190	0,907	0,123	5,228	0,967	6,132	1,283	1,785
1960	7,810	0,234	0,946	0,151	5,090	1,389	6,375	1,435	1,647
Serviços									
1950	38,501	0,907	6,573	0,566	25,572	4,883	30,436	8,065	11,710
1960	36,834	0,793	5,790	0,611	24,615	5,025	29,406	7,428	12,326

Discriminação	Brasil	Regiões Geo-Econômicas					Regiões da Lei 2 973		São Paulo
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	I - Desenvolv.	II - Sub-desenvolv.	
2.3 — Renda por km² (milhares de cruzeiros correntes)									
1950	25,8	1,4	23,2	2,3	151,4	60,4	118,2	6,7	286,8
1960	225,2	11,8	196,4	25,4	1 263,4	611,5	1 025,7	58,9	2 490,3
2.4 — Investimentos									
Emissões de capital nas sociedades anônimas - milhões de cruzeiros									
- Setor privado - 1960	69 663	121	4 806	594	57 395	6 748	64 016	5 647	31 485
% sobre a renda .	3,6	0,3	1,6	1,2	4,9	1,9	4,3	1,4	5,1
Investimentos públicos das três esferas governamentais - percentual regional - 1960									
Total	100,0	2,6	18,9	5,7	52,0	20,8	71,7	28,3	22,5
Federal	100,0	4,5	30,7	8,6	44,6	11,6	54,8	45,2	3,7
Estadual	100,0	0,8	8,6	3,4	56,1	31,1	86,4	13,6	32,9
Municipal	100,0	2,9	16,9	3,8	62,7	13,7	75,3	24,7	48,4

Discriminação	Brasil	Regiões Geo-Econômicas					Regiões da Lei 2 973		São Paulo
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	I - Desenvol.	II - Sub-desenvolv.	
3. INDÚSTRIA									
3.1 — Grau de industrialização — % da renda industrial s/total									
1950	21,1	26,7	13,3	8,5	24,4	16,7	22,9	14,3	
1960	22,4	23,3	11,6	7,7	28,1	14,9	25,2	12,3	
3.2 — Absorção de mão-de-obra — mil operários 1949/1959	332,1	3,7	—	6,8	280,9	64,6	343,9	—	
3.3 — Índice de salário médio na indústria (Base 1949 = 100) 1959	710,3	976,3	830,0	741,0	679,6	657,5	675,8	842,8	
4. AGRICULTURA									
4.1 — Rendimento agrícola - milhares de cruzeiros por ha - 1960									
Culturas permanentes	21,0	78,9	24,8	24,9	15,4	29,8	21,9	21,9	
Culturas temporárias	14,3	12,9	11,5	16,0	16,8	14,0	15,6	12,2	
								15,8	
								20,5	

Discriminação	Brasil	Regiões Geo-Econômicas						Regiões da Lei 2 973		São Paulo
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	I - Desenvolv.	II - Sub-desenvolv.		
4.2 — Tamanho médio do estabelecimento — (ha)										
1950	112,47	295,40	69,08	672,15	106,16	73,70	92,96	131,45	85,77	
1960	79,25	233,78	46,31	384,66	80,18	49,27	65,28	91,76	62,90	
4.3 — Mecanização agrícola										
cola										
N.º de estabelecimentos por 1 arado										
1950	2,9	205,5	58,3	25,8	1,9	1,3	1,5	53,3	1,0	
1960	3,3	452,1	66,8	13,5	2,1	1,3	1,6	49,5	1,1	
Idem por 1 trator										
1950	246,6	1 282,4	1 872,5	573,8	112,8	187,3	132,8	1 476,3	58,0	
1960	52,8	520,1	473,0	69,4	23,4	35,8	27,6	292,2	11,4	
Área (ha) de lavouras por 1 trator										
1950	2 280,8	3 844,5	11 693,6	4 376,1	1 638,8	1 765,6	1 616,9	9 456,3	1 114,8	
1960	468,7	1 723,7	3 113,6	615,2	292,4	364,4	310,9	1 968,9	177,0	
Idem por 1 arado										
1950	26,7	615,5	364,0	196,8	27,0	11,4	17,8	341,6	18,9	
1960	28,8	1 498,3	439,6	120,1	26,1	13,7	17,9	333,3	17,4	
4.4 — Pessoal ocupado - (1 000 pessoas)										
1950	10 997	326	4 335	386	4 000	1 950	5 677	5 320	1 532	
1960	15 522	537	6 666	680	4 465	3 174	7 371	8 151	1 683	

Discriminação	Brasil	Regiões Geo-Econômicas					Regiões da Lei 2 973		São Paulo
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	I - Desenvol.	II - Subdesvolv.	
5. COMÉRCIO									
5.1 — Total, 1960 — Comércio interno e exterior s/renda (%)									
Exportação ..	43,9	49,3	30,9	47,2	26,3	40,9	45,5	37,8	42,0
Importação ..	48,6	62,9	29,4	43,9	47,1	38,8	45,1	42,7	39,7
5.2 — Balança Comercial Exterior - milhões de dólares									
1950	270,3	7,7	105,3	— 0,4	44,8	112,9	125,3	145,0	197,6
1960	— 193,3	28,7	169,2	—	— 426,6	34,5	— 464,9	274,5	— 306,5
5.3 — Giro comercial s/renda regional (%)									
1950	153,7	52,6	111,9	86,2	173,1	141,5	166,8	106,7	204,7
1960	162,3	83,5	93,1	101,5	193,3	137,1	180,5	96,4	238,2

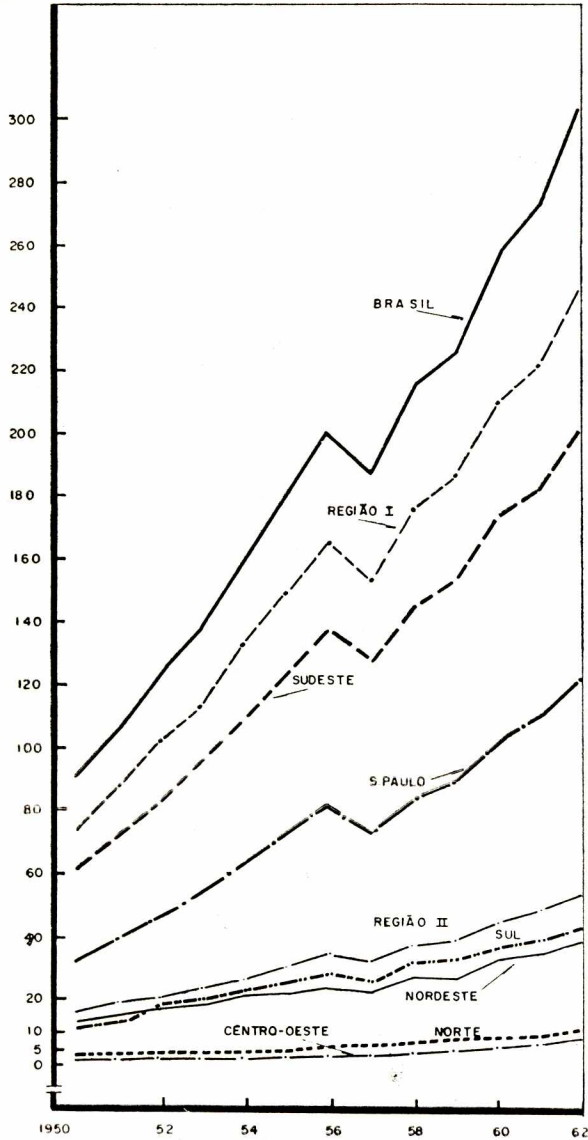
Discriminação	Brasil	Regiões Geo-Econômicas					Regiões da Lei 2 973		São Paulo
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	I - Desenvol.	II - Sub-desenvolv.	
6. GOVERNO									
6.1 — Carga tributária - Tributos s/renda regional (%)									
Total									
1950	14,08	7,86	8,63	5,14	16,67	11,27	15,59	8,52	17,57
1960	20,78	13,11	10,64	26,88	25,29	14,47	22,90	12,92	30,39
Federal									
1950	7,08	2,67	3,35	1,18	9,06	4,32	8,18	3,04	9,13
1960	10,27	5,33	3,57	20,82	13,21	5,23	11,49	5,66	15,45
Estadual									
1950	5,78	3,37	4,15	3,08	6,35	5,81	6,18	4,30	6,58
1960	9,23	6,12	5,49	5,40	10,75	8,32	10,19	5,78	13,04
6.2 — Distribuição percentual dos gastos orçamentários federais									
1950	100,0	1,0	8,2	0,7	85,7	4,4	89,9	10,1	3,2
1960	100,0	0,6	5,0	0,7	89,9	3,8	93,5	6,5	2,3

Discriminação	Brasil	Regiões Geo-Econômicas					Regiões da Lei 2 973		São Paulo
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	I - Desenvolv.	II - Sub-desenvolv.	
7. TRANSPORTE									
7.1 — Ferroviário - km de linhas s/1 000 km ² — 1960	4,5	0,28	5,45	0,90	21,55	12,47	15,91	1,73	30,90
7.2 — Rodoviário — km de estrada por 1 000 km ² — 1960									
Total	56,03	1,78	74,40	32,15	172,45	234,16	168,32	28,75	318,30
Pavimentadas	1,57	0,08	1,35	0,36	9,07	3,31	6,08	0,47	17,67
Caminhões por 1 000 km ²	35,99	0,74	2,36	6,61	205,07	121,15	153,71	7,38	464,92
7.3 — Aquático - Movimento nos principais portos organizados, milhões de t - 1960	43,1	2,2	4,8	...	28,7	7,4	31,4	11,7	12,4
7.4 — Aéreo - Movimento de carga embarcada e desembarcada, mil t - 1960	137,4	21,4	13,8	7,1	71,7	23,4	95,1	42,3	34,3

BRASIL — INDICADORES REGIONAIS DA

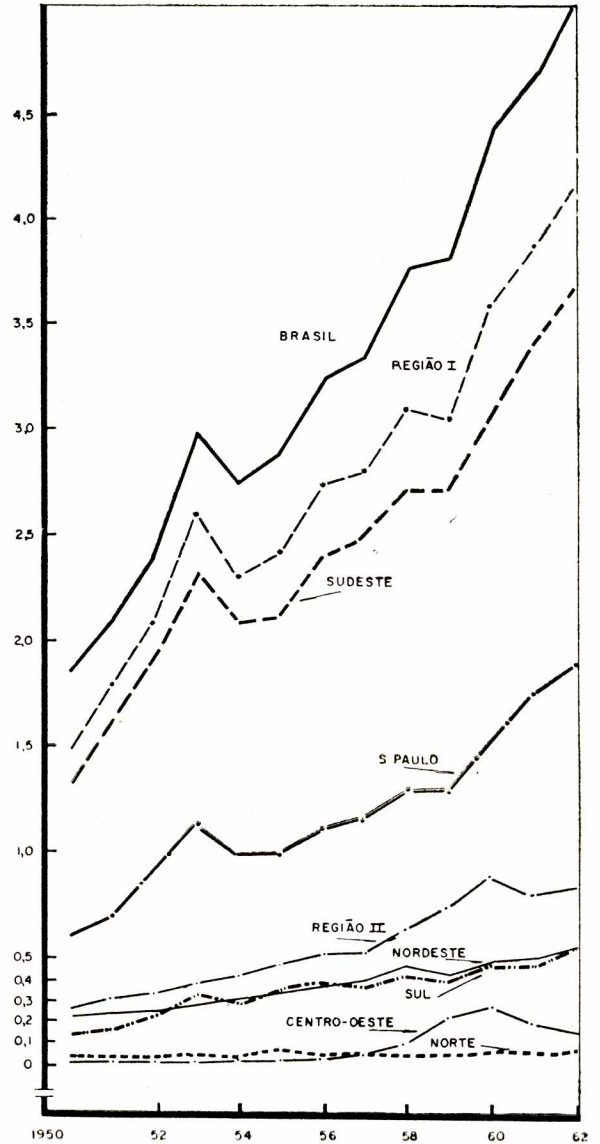
CONSUMO DERIVADOS DE PETRÓLEO

Milhares de BPOC



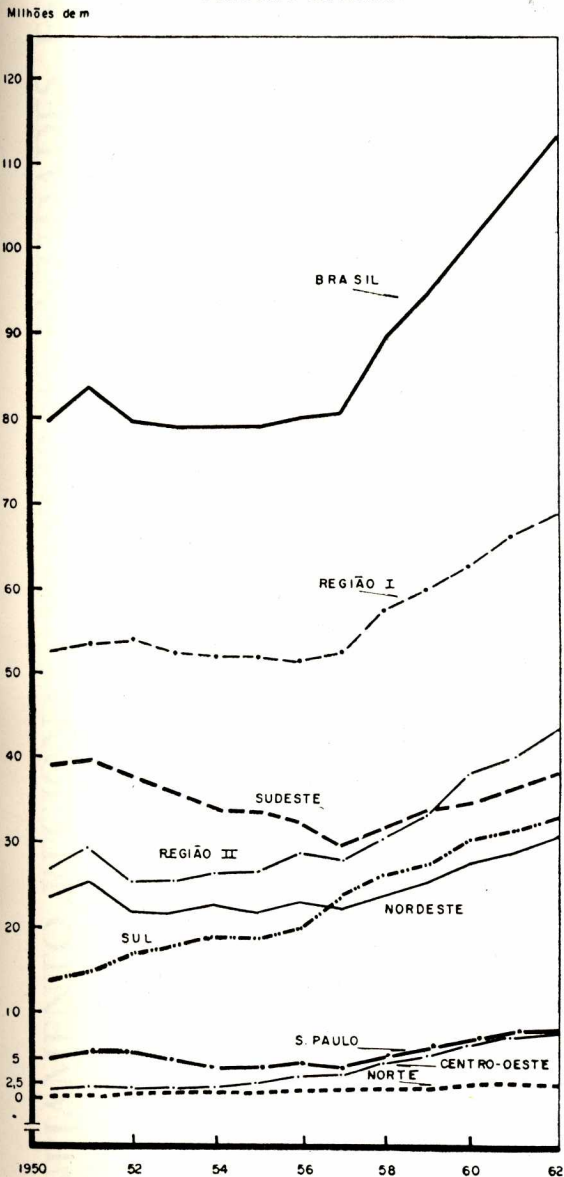
CONSUMO DE CIMENTO

Milhões T

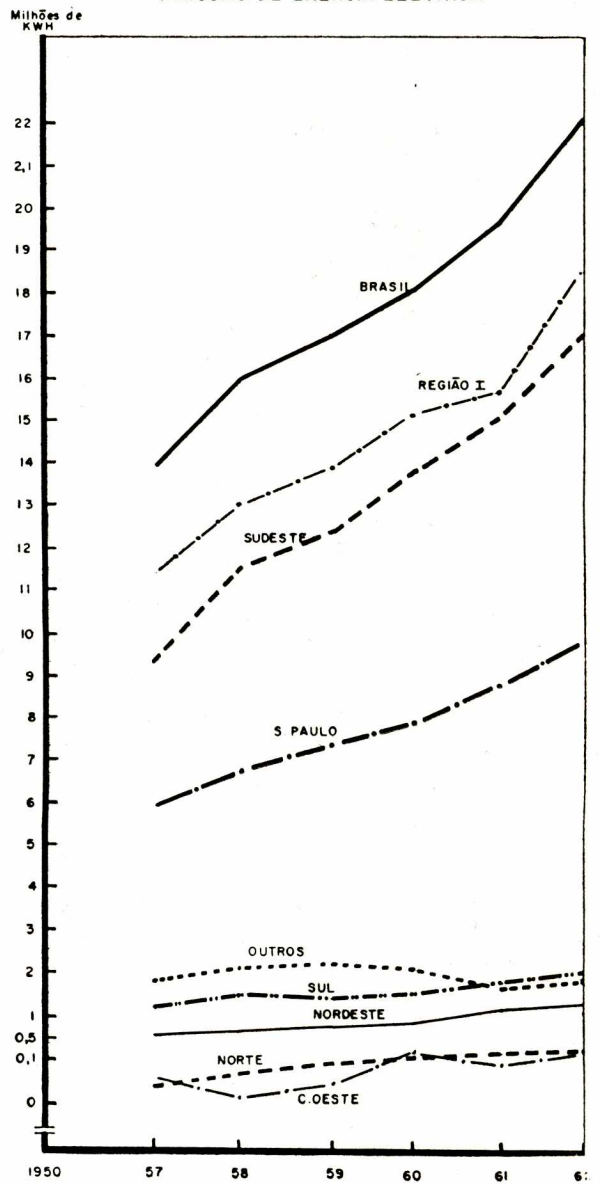


ATIVIDADE ECONÔMICA, 1950 a 1962

CONSUMO DE LENHA

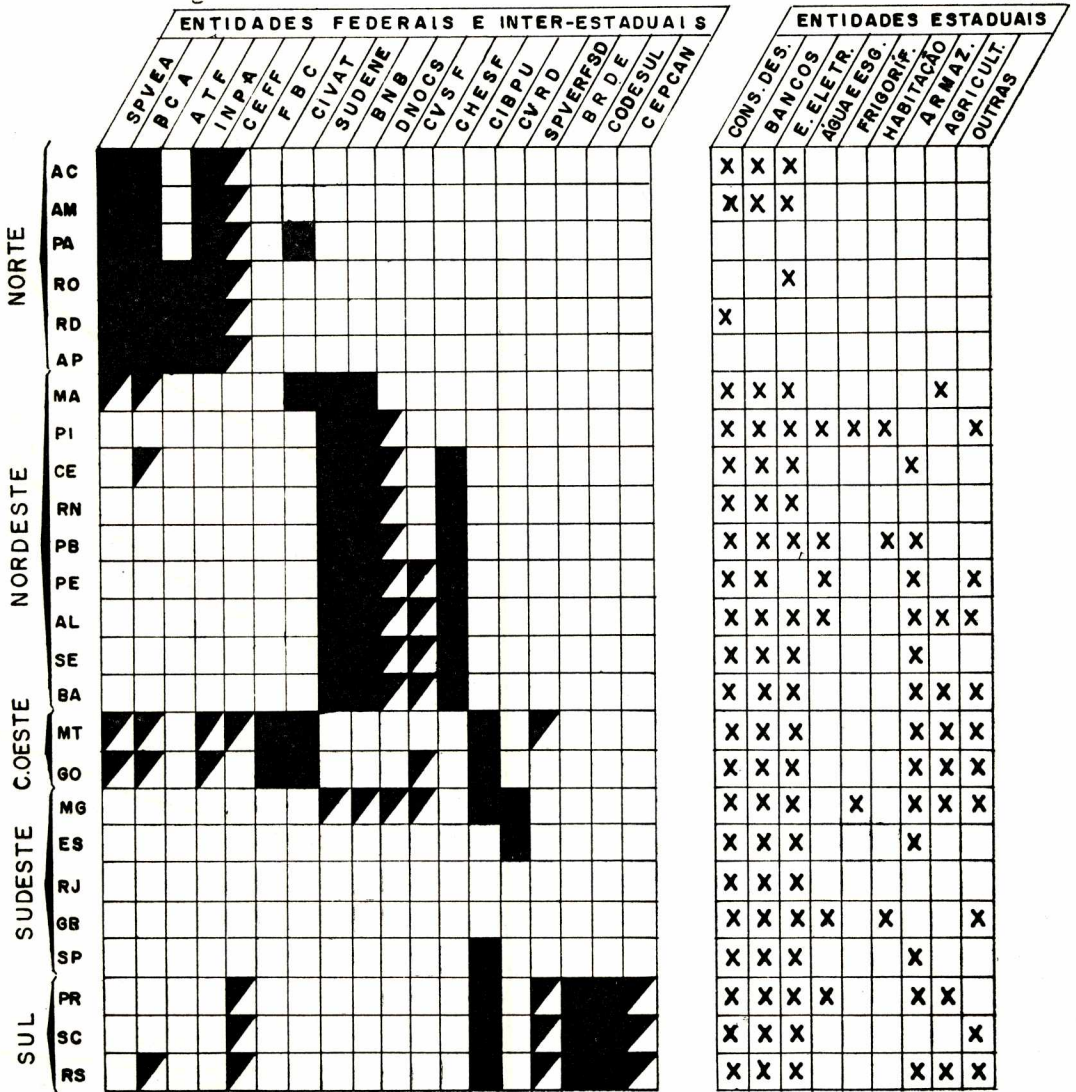


CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA



BRASIL — ESTRUTURA GEOGRÁFICA DAS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO

JUNHO — 1964



Fonte BNDE - DE - DER

■ TODO O ESTADO

▣ PARTE DO ESTADO

PLANEJAMENTO REGIONAL: PRINCIPAIS ENTIDADES ESTADUAIS

Unidades Federadas	Órgão de Planejamento e Planos			Entidades estaduais de crédito e de programação setorial				
	Ano de Criação	Sigla	Plano de Desenvolvimento divulgado	Crédito e Financiamento	Armazéns e Frigoríficos	Energia Elétrica	Outras	
Norte								
Amazonas	1964	CODEAM		BEA		CELETRAMAZON CEM		
Pará	1961	CONDEPA		BEP		FORLUZ, CELPA CEA		
Territórios	1964	ATF						
Centro-Oeste								
Goiás	1961	SPCG	1961/65	BEGO	CASEGO	CELG	DISPETROLGO, COSEGO, CAESGO, IDAGO, CIAGO, METAGO, IMBAGO	
Mato Grosso	1963	PLAMAT, CPP	1963/65	BEMAT	CASEMAT	CEMAT	COSIMA, CAMAT	
Brasília, DF	1956	NOVACAP						
Nordeste								
Maranhão	1962	COPEMA		BEM		CEMAR	DEMAR, IMAR	
Piauí	1956	CODESE		BCAP	FRIPISA	CEPISA	AGESPISA, AGRINPISA, HABIPOPI	
Ceará	1962	SUDEC CODEC	1963/66	BEC	CASEC	COELCE CONEFOR		
R. G. do Norte	1961	CED/RN		BRN/CODERN		COSERN		
Paraíba	1961	GED/PB		BEPB	CASEP	CODEBRO	CEHAP	
Pernambuco	1952	CODEPE		BDEP	CAGEP		COPERBO, PENESA, CAENE	
Alagoas	1953	CODEAL	1963/65	BPAL	CASEAL	CEAL	CASAL, CASA, CAG, FASA, COPAL	
Sergipe	1960	CONDESE		BFESE	CASESE	ENERGIPE		
Bahia	1955	CPE, CONDEB, CDI	1960/63	FUNDAGRO BANFEB COFINAB	CASEB	CERC COELBA	COSIBA, CAMAB, CASEMBRA	

Unidades Federadas	Órgão de Planejamento e Planos			Entidades estaduais de crédito e de programação setorial			
	Ano de Criação	Sigla	Plano de Desenvolvimento divulgado	Crédito e Financiamento	Armazéns e Frigoríficos	Energia Elétrica	Outras
Sudeste							
Espírito Santo ..	1961	CODEC	1961/63	BCAES	CAES	ESCELSA	
Minas Gerais ...	1961	CODEMIG Sec. Des.		BDMG COFIMIG	FRIMISA CASEMG	CEMIG	CAMIG, METAMIG, HIDROMINAS
Rio de Janeiro .	1963	CEPLAN		BERJ		CELF	
Guanabara	1963	S. Econ.		BEG, COPEG		CHEVAP	COCEA, COHAB
São Paulo	1963	SEP	1964/66	BANESPA	CAGESP	CELUSA CHERP USELPA	
Sul							
Paraná	1955	PLADEP	1963/65	BEPT CODEPAR	COPASA	COPEL	AGEPAR, CAFE/PR, SANEPAR, CELEPAR
Santa Catarina .	1961	PLAMEG	1961/65	BDESC		CELESC	
R. G. do Sul	CDE, GAP	1964/66	BANESTADO	CESA	CEEE	IRGA, IRGC

FONTE: BNDE-DE — As siglas oficiais quando não conhecidas são indicadas pelas iniciais de cada entidade. Todas as informações valem-se de elementos parciais, sujeitos a revisão.